

**O SISTEMA DE INDICADORES DE VULNERABILIDADE  
FAMILIAR - SIVF DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO  
PRETO, SP**

**Raul Aragão Martins**

UNESP - Universidade Estadual Paulista  
raul@ibilce.unesp.br

**Jorge Oishi**

Universidade Federal de São Carlos  
djo@power.ufscar.br

**Antonio José Manzato**

UNESP - Universidade Estadual Paulista  
manzato@ibilce.unesp.br

**Fernando Ferrari**

UNESP - Universidade Estadual Paulista  
fernando@ibilce.unesp.br

**Luiz Carlos Baida**

UNESP - Universidade Estadual Paulista  
baida@ibilce.unesp.br

**Emilia Toledo Leme**

Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto, SP  
emilia@empro.com.br

**RESUMO** A construção de índices que indiquem desenvolvimento social e ou qualidade de vida tem se aperfeiçoado muito nos últimos anos, especialmente os criados a partir de base de dados gerais, como os que utilizam dados censitários do IBGE. Estes índices têm o problema de defasagem temporal, pois o censo nacional é realizado a cada dez anos. Uma solução para esta questão é a realização de estudos amostrais que permitem, a um custo relativamente baixo, ter-se dados confiáveis e que refletem a situação no momento da sua realização. A cidade de São José do Rio Preto, localizado no interior do estado de São Paulo, Brasil,

\* Artigo recebido em novembro/2008 e aceito em Fevereiro/2009.

realizou um diagnóstico social, de cunho amostral, levantando 100 variáveis, tendo como base os conceitos de Seguranças Básicas preconizadas no NOB/SUAS do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Esta base de dados além de mostrar a situação social do município permitiu a construção do sistema de indicadores de vulnerabilidade familiar – SIVF. Resultados mostram o SIVF por regiões administrativas o que permite que a municipalidade planeje e execute políticas voltadas para as regiões com maiores problemas e, posteriormente tenha uma base para avaliar o impacto das ações realizadas.

**Palavras-chave:** índice vulnerabilidade, proteção social, família

**Código Jel:** I32

**ABSTRACT** The construction of indexes that show social development and/or quality of life has improved over the last years, especially those that were elaborated from general database. As an example of general databases we have those produced by the IBGE census. Nevertheless, the indexes gathered has a temporal gap of ten years that may represent a problem. The solution to this matter would be to carry out a sample research. This category of research allows at low cost the obtainment of trustful data. The city of São José do Rio Preto, located in the country side of São Paulo, Brazil carried out a sample social diagnosis research, collecting 100 variables. The 'Basic Safety' concepts of *NOB/SUAS* from *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome* (MDS) were taken into consideration. The data show not only the social condition of the city but also enabled us the development of a System of Index of Family Vulnerability (SIFV). Results presented by administrative regions make it possible the preparation and execution of political procedures guided to problematic regions. Afterwards it is also possible to measure the impacts of these actions.

**Keywords:** vulnerability index, social protection, family

## 1. Introdução

O desenvolvimento de instrumentos para o estudo da capacidade das nações em satisfazer as necessidades de suas populações começa na década de quarenta (Estes, 1994; Jannuzzi, 2006), e tem como objetivo a construção de índices que permitam avaliar constructos como nível de vida, bem-estar social, qualidade de vida ou bem-estar humano. No decorrer deste período, até os dias atuais, surgiram vários instrumentos, começando pelo PIB, índice voltado para medição exclusiva de valores econômicos, que se mostrou um indicador muito pobre para representar questões ligadas à qualidade de vida. Em resposta a esta dificuldade a Organização das Nações Unidas - ONU, em 1954, aplicando o Artigo 55 de seu estatuto nomeou um grupo de especialistas encarregado de “Preparar un informe sobre los métodos más satisfactorios para definir y medir los niveles de vida y cambios en los mismos en diversos países, contemplando la posibilidad de una comparación internacional.” (Estes, 1994, p.133).

Este grupo não conseguiu chegar a um índice, mas recomendou que para avaliar o bem-estar humano fosse necessário avaliar as áreas da saúde, nutrição, moradia, emprego e educação. Posteriormente a própria ONU nomeou outro grupo de especialistas para estudar o tema, assim como suas agências, tais como a Organização Internacional do Trabalho - OIT, Organização Mundial de Saúde - OMS, também se envolveram neste esforço que direta ou indiretamente culminou na formação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (Estes, 1994).

Outras entidades, como a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, uma organização que reúne as 24 nações mais industrializadas do mundo começa, a partir da década de 70, a busca de indicadores que diferem dos estudados pela ONU, ao focar o conceito de “bem-estar social” mais associado ao desenvolvimento econômico (Estes, 1994), assim como a Overseas Development Council - ODC, sediada em Washington, sob a liderança de Morris (1979, citado por Estes, 1994), desenvolve o Índice de Qualidade Física de Vida - IQFV, que examina as variações que ocorrem ao longo do tempo em taxas de mortalidade infantil, esperança de vida ao nascer e taxa de analfabetismo de adultos. Ao examinar 74 nações, entre 1947 e 1973, Morris encontra uma correlação muito fraca entre o IQFV e o PIB,

mostrando que este índice estava no caminho certo para avaliar pontos que o PIB não alcançava.

Estes (1994) trabalhando a partir das recomendações iniciais dos Grupos de Especialistas da ONU desenvolveu, juntamente com outros pesquisadores, o Índice de Vulnerabilidade Social Nacional, composto de 44 indicadores, que passou mais tarde a ser conhecido como Índice de Progresso Social. No final dos anos 80 a ONU, por meio do PNUD, consolida o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, desenvolvido sob a liderança de Mahbub ul Haq, e começa a publicar anualmente os Relatórios de Desenvolvimento Humano.

Desenvolvimento Humano é um conceito que enfatiza os fins em detrimento dos meios, “[...] O real objetivo do desenvolvimento deve ser o de criar um ambiente que propicie às pessoas uma vida criativa, sadia e longa.” (Doraid, 1997, p.1) e não deve ser confundido com outros conceitos como desenvolvimento econômico, desenvolvimento de recursos humanos, abordagem do bem-estar humano e abordagem de necessidades básicas.

Em 1996 o PNUD publica o primeiro Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil, tornando possível uma visualização do país em suas regiões e estados, e em 1998, o PNUD, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Fundação João Pinheiro - FJP e a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, publicam o livro “Desenvolvimento Humano e Condições de Vida: Indicadores Brasileiros” e o cd-rom “Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil” (PNUD, IPEA, FJP, IBGE, 1998) mostrando um retrato do nosso desenvolvimento humano de 1960 a 1995 e ao mesmo tempo ampliando os estudos ao desenvolverem dois novos índices: Índice de Condições de Vida - ICV e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM, com dados de 1970 a 1991.

Em nosso país uma cidade se destaca, desde os anos 70, na procura do conhecimento sobre a vida de seus habitantes. Primeiro, num estudo promovido pela Arquidiocese de São Paulo: São Paulo 1975 - Crescimento e Pobreza (Camargo et al., 1975), onde é mostrado as contradições do modelo de desenvolvimento econômico. Este estudo é seguido por mais três outros: São Paulo: O povo em movimento (CEBRAP, 1980, em Spozati, 1996), São Paulo: Trabalhar e Viver (Arquidiocese de São Paulo, 1989, in Spozati, 1996) e o Mapa da Exclusão/Inclusão Social (Spozati, 1996).

Este último estudo, o Mapa da Exclusão/Inclusão Social, “[...] foi concebido como ferramenta de transformação e não apenas de conhecimento da vida da cidade.” (Spozati, 1996, p.11), composto de dados quantitativos e qualitativos, surgiu como uma exigência da observação dos direitos constitucionais e aplicação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Brasil, 1993); construído pelo Núcleo de Seguridade e Assistência Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, contou com a participação de especialistas e habitantes comuns da cidade, e resultou num extenso estudo sobre a maior cidade do hemisfério sul, mostrando as suas grandezas e as suas mazelas, mas principalmente, tornando-se um instrumento de referência e luta pela melhoria da qualidade de vida nesta cidade.

Embora estes índices tenham trazido uma boa colaboração para a compreensão das condições de vida, Frei (2002) aponta que eles deixam a desejar, pois dependem de informações censitárias que são colhidas em anos ou mesmo décadas anteriores. As informações geradas pelo Censo 2000 do IBGE já estão desatualizadas na sua grande maioria, e conseqüentemente, todas as ações baseadas nessas informações servirão apenas para os eventos passados, não os atuais. Jannuzzi (2006) estende esta crítica, também, para os levantamentos amostrais do IBGE, como a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios – PNAD, que “[...] não prevê a representatividade amostral para meso ou micro-regiões dentro de um estado (e, portanto, muito menos para municípios).” (p.46).

Outra grande dificuldade apresentada pelos atuais indicadores diz respeito à espécie de informação que é utilizada, que quase sempre são focados apenas em dados sistematizados nos procedimentos padronizados pelas respectivas instituições responsáveis. O município coleta, em todas as áreas de sua atuação os dados que as fichas cadastrais padronizadas permitem, o mesmo acontecendo com o Estado e a União através do IBGE. Os órgãos responsáveis pelo levantamento e processamentos das informações públicas, o SEADE/DIEESE no Estado de São Paulo e o IBGE pela União, possuem dados mais elaborados que são coletados periodicamente através de formulários mais complexos, mas ainda assim são realizados apenas anualmente e quando essas informações chegam ao público já se encontram defasados. Outras informações são coletadas apenas nas regiões metropolitanas e não servem como referência para municípios menores, deixando grandes lacunas para o entendimento da realidade desses municípios.

Na busca de alternativas para o levantamento de informações atualizadas e com muito mais diversidade do que os atuais indicadores Frei et al. (2005) desenvolveram uma proposta para construção de indicadores de qualidade de municípios através de amostragem, o Índice de Desenvolvimento Municipal – IDM. Esta proposta é baseada no fato de que a realização de censos para se conhecer a realidade está ficando a cada dia mais distante. Através das técnicas de amostragem, é possível conhecer uma dada realidade com precisão e confiança que, às vezes superam até aos resultados censitários. Na maioria das situações, a complexidade na elaboração de um censo é tamanha que propicia a introdução de um sem número de problemas que, por sua vez, atingem a precisão dos resultados com tal magnitude que são necessários intensos cuidados na sua interpretação.

Nesse sentido, foi desenvolvido o Projeto de Diagnóstico Social de São José do Rio Preto pela Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS, em parceria com duas universidades públicas, a UNESP - Universidade Estadual Paulista, Campus de São José do Rio Preto e a Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, com o objetivo de construir um sistema de indicadores de vulnerabilidade que levasse em conta as especificidades do município. Processo que é descrito neste artigo. Para isso foram levantados, numa primeira fase, através de uma amostra probabilística de 3.500 famílias, os dados sociais para a construção de um Sistema de Indicadores de Vulnerabilidade Social, tendo por base de referência os princípios do NOB/SUAS. Esses dados foram armazenados numa base de dados denominada de Base de Dados Sociais do Município de São José do Rio Preto (Oishi et al., 2008).

## **2. O Sistema de Indicadores de Vulnerabilidade Social**

O Sistema de Indicadores de Vulnerabilidade Familiar (SIVF) para o município de São José do Rio Preto surgiu em decorrência da necessidade de uma avaliação minuciosa e profunda sobre a realidade social do município. É fato conhecido que São José do Rio Preto está colocado entre os municípios de melhor qualidade de vida do Brasil segundo o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (PNUD, IPEA, FJP, IBGE, 1998). Ele passa de 0,647, em 1970, para 0,834 em 2000 (São José do Rio Preto, 2007), fato este que destaca o trabalho desenvolvido pelos setores públicos e privados nos domínios avaliados pelo IDH. Evidentemente, embora este aumento seja digno de nota para o

município, este novo IDH, assim como os melhores índices brasileiros, ainda estão bastante aquém dos de países com melhor qualidade de vida. É preciso investir muito além do que já está sendo feito e para isso é preciso conhecer melhor a nossa realidade.

Este trabalho teve como base a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS (Brasil, 2005) instituída pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS com o objetivo de introduzir uma proposta nacional capaz de integrar de forma estratégica todas as experiências adquiridas de projetos e propostas anteriores advindas da introdução da Constituição Federativa de 1988 (BRASIL, 1994), especialmente a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, em 1993 (Brasil, 1993) e a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (Brasil, 2004). Esta norma evoluiu de forma gradativa com a participação da sociedade, incorporando a experiência adquirida com os planos anteriores constituindo-se no novo instrumento de regulação da PNAS de 2004 (Brasil, 2004) chegando à versão que se encontra em vigência. Importante ressaltar que essa trajetória foi longa e contou com diversos parceiros e representantes da sociedade para a elaboração de um instrumento capaz de conter, em sua essência, as instruções para a implementação de uma política nacional de combate a todo tipo de desigualdade social, de combate a todo o tipo de discriminação de gênero, raça ou cor, ou ainda de grupos de riscos como os deficientes.

A NOB/SUAS (Brasil, 2005) buscou disciplinar a gestão pública em todo o território nacional e em todas as esferas da atuação pública, seja no nível federal, estadual ou municipal. É sob estas diretrizes que o projeto que resultou na elaboração deste sistema de indicadores teve início, no ano de 2007, com o levantamento dos problemas sociais do município de São José do Rio Preto, estado de São Paulo, Brasil. Este estudo utilizou um questionário construído com base nas diretrizes do NOB/SUAS que resultou na seleção de 100 variáveis a serem investigadas. Este instrumento procurou identificar os problemas sociais que podem colocar em risco a população do município, segundo os princípios da Proteção Social da Assistência Social.

O município de São José do Rio Preto aderiu a Sistema Único de Assistência Social do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – SUAS/MDS e tem autonomia plena na elaboração dos programas sociais para o atendimento dos problemas sociais. Tendo em vista a aplicação dos recursos a quem tem direito por essa iniciativa,

optou pela busca de parceiros que pudessem dar conta da formulação de uma nova metodologia para a construção de indicadores que pudessem ampliar o conhecimento sobre a realidade social do município e fornecer subsídios para a elaboração de ações de políticas públicas para atender a essa necessidade.

Importante ressaltar que esse trabalho forneceu os dados para compor os indicadores sociais, num projeto que se distingue dos demais em função de sua dinâmica e atualidade, pois não haverá a necessidade da espera do registro e compilação dos dados oficiais que geralmente podem demorar mais do que o esperado para a pronta detecção dos principais problemas sociais que exigem soluções imediatas.

O desenvolvimento desse trabalho teve como base a política de Assistência Social que tem como foco os “[...] cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.” (Brasil, 2004).

A concretização desta política é detalhada na Norma Operacional Básica – NOB/SUAS (Brasil, 2005) que estabelece que a “[...] proteção social de assistência social, ao ter por direção o desenvolvimento humano e social e os direitos de cidadania, tem por princípios: a) a matricialidade sociofamiliar; b) territorialização; c) a proteção pró-ativa; d) integração à seguridade social; e) integração às políticas sociais e econômicas.” (Brasil, 2005, p.17).

Para atender a este direcionamento, a função Proteção Social, tem por objetivo garantir as Seguranças Básicas que caracterizam uma qualidade de vida digna do ser humano, que são: “a) Segurança de acolhida; b) Segurança social de renda; c) Segurança do convívio ou vivência familiar, comunitária e social; d) Segurança do desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social; e) Segurança de sobrevivência a riscos circunstanciais.” (Brasil, 2005, p.17)



### **3. Objetivo**

O objetivo geral deste artigo é relatar o desenvolvimento do Sistema de Indicadores de Vulnerabilidade das Famílias do município de São José do Rio Preto (SIVF/SJRP), levando-se em conta os dados levantados de 3.500 famílias da zona urbana e loteamentos irregulares existentes no município, através de um trabalho conjunto em parceria da SMAS e o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, com a contribuição de outras Secretarias Municipais e Autarquias do município, e duas universidades públicas: a UNESP e a UFSCar, através da intermediação da Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de São José do Rio Preto - FAPERP.

### **4. Metodologia**

A construção de indicadores é sempre uma tarefa árdua e perigosa, buscando-se evitar as armadilhas de se copiar indicadores desenvolvidos para outras localidades e realidades, e não cair na emboscada de uma tarefa sem fim, cujos resultados além da demora em serem produzidos, se tornam tão complexos que dificilmente podem ser utilizados pelos agentes que deles necessitam. Esta talvez seja a principal razão pela qual, muitos dos trabalhos produzidos têm a gaveta como abrigo final, ou servem apenas para enfeitar prateleiras para mostrar o que já foi feito e, raramente, são utilizados para as devidas finalidades para as quais foram construídos.

Aqui também corremos o mesmo risco, de elaborarmos mais um conjunto de indicadores, que se propõe a apontar para os principais problemas sociais do município, mas cairmos na mesma armadilha de não serem utilizados, seja devido a sua ineficiência e insensibilidade, seja pela demora na sua produção ou ainda pela sua complexidade que o torna impermeável à maioria dos que poderiam utilizá-los. Minimizar estes riscos é tarefa nossa, no sentido de produzir resultados que sejam eficientes em todos esses requisitos, identificando com precisão os problemas mais graves, com a rapidez necessária para permitir o entendimento adequado dos mesmos, e de fácil compreensão que sejam construídas rapidamente ações públicas no sentido de dirimir ou mesmo eliminá-los.

Um aspecto importante a ser ressaltado neste artigo trata-se dos dados que serão utilizados para a construção dos indicadores. Via de

regra, na maioria dos trabalhos realizados, a construção dos indicadores é baseado em dados secundários, ou seja, em dados públicos já existentes. Como exemplo disso, podemos citar o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social - IPVS construído pelo SEADE (SEADE, 2009), ou o IDH (PNUD, IPEA, FJP, IBGE, 1998) que se utiliza dos dados do IBGE para a sua elaboração. Neste caso, os indicadores quando calculados referem-se a um passado e às vezes remoto, dificultando o seu emprego para a elaboração de políticas eficientes. Neste projeto, os indicadores serão aplicados aos dados do segundo semestre de 2007 muito mais atuais do que os dados oficiais dos institutos públicos como é o caso do SEADE ou do IBGE. Nesta metodologia que está sendo descrita neste artigo, temos a possibilidade de aplicação periódica em curto espaço temporal do mesmo instrumento que levantou os dados no final de 2007, para se ter indicadores anuais que monitorem a vulnerabilidade de nossas famílias, permitindo assim o emprego de ações de políticas públicas muito mais eficientes e eficazes para diminuir o grau de vulnerabilidade de forma a maximizar os recursos públicos.

Da mesma forma que atuamos na execução do Projeto Diagnóstico Social (Oishi et al., 2008), o trabalho foi realizado de forma integrada pelas equipes parceiras, que se reuniram de forma sistemática e contínua no período de elaboração dos critérios que ora apresentamos, não havendo, portanto, dicotomia no direcionamento e nas definições dos resultados aqui apresentados.

A metodologia, empregada neste projeto procurou construir indicadores que possam avaliar as condições atuais das famílias do município de São José do Rio Preto no sentido de propiciar informações seguras para se garantir as Seguranças Básicas, seguiu as seguintes etapas: a) Estudo e discussão das normas e princípios do NOB/SUAS e todas a legislação que o antecederam (CF de 1988 – LOAS - PNAS) e que forneceram as diretrizes do trabalho; b) Conhecimento e discussão de material referencial sobre indicadores sociais; c) Avaliação de Sistema de Indicadores já existentes e de experiências de outras localidades; d) Aprovação dos critérios a serem empregados no projeto; e) Desenvolvimento das dimensões e componentes das dimensões e indicadores levando-se em consideração as questões já levantadas no projeto Diagnóstico Social; f) Elaboração de um primeiro protótipo de Sistema; g) Simulação deste Sistema; h) Adequação pós-simulação; i) Aprovação do Sistema como um produto inicial; j) Discussão e avaliação

das qualidades do Sistema tendo em vista a realidade do município de São José do Rio Preto.

## 5. Resultados

Tendo em vista os princípios mencionados na seção sobre o método, o trabalho de construção dos indicadores foi alicerçado na identificação da vulnerabilidade das famílias analisadas em pesquisa anterior (Oishi et al., 2008). Com esta premissa o trabalho levou em consideração os conceitos de *segurança*, buscando identificar as famílias vulneráveis através da elaboração de indicadores que compusessem um quadro que permitiam avaliar cada subitem dos conceitos.

O Sistema de Indicadores de Vulnerabilidade Familiar de São José de Rio Preto – SIVF é uma estrutura hierárquica composta de um conjunto de *Dimensões de Segurança*, que por sua vez são constituídas de *Componentes* e que são ramificados em *Indicadores* individuais e compostos, segundo a metodologia parcial de indicadores em cascata (Barros, Carvalho e Franco, 2003). A composição dos indicadores listados também inclui em seu bojo todos os tópicos mencionados na Taxa de Vulnerabilidade proposto pelo MDS em 2005 (Brasil, 2005), o que vai permitir a comparação dos resultados levantados pelo critério do MDS com o SIVF.

O quadro 1 caracteriza os indicadores contendo todo o conjunto de informações que foram utilizadas na composição do SIVF-SJRP, bem como a caracterização da vulnerabilidade das famílias do projeto. Como pode ser observado, o Sistema é compreendido por 47 indicadores individuais, que por sua vez são resumidos nos Componentes que irão compor as dimensões, sendo depois reunidos no SIVF (Quadro 2).

**QUADRO 1**  
Caracterização dos indicadores

<b>Dimensão 1 – Segurança de Acolhida</b>			
<b>Dimensões</b>	<b>Componentes</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Caracterização da Vulnerabilidade</b>
D <sub>1</sub> : Acolhida (Certeza da existência, com certas características)	C <sub>11</sub> : Moradia	I <sub>111</sub> : Situação da moradia	Moradia cedida ou invadida
		I <sub>211</sub> : Tipologia da Construção	Casa de material aproveitado
		I <sub>311</sub> : N <sup>o</sup> banheiros internos	Casa sem banheiro interno
		I <sub>411</sub> : N <sup>o</sup> de pessoas por dormitórios	N <sup>o</sup> de pessoas por dormitório é maior que 2
		I <sub>511</sub> : Expectativa daqui a 5 anos	Expectativa de moradia daqui a 5 anos é pior do que hoje
		I <sub>611</sub> : Água e esgoto públicos	Morando em casas sem água e esgoto públicos
	C <sub>21</sub> : Ruas e Bairros	I <sub>121</sub> : Iluminação da rua	Morando em rua sem iluminação
		I <sub>221</sub> : Asfalto na rua	Morando em rua sem asfalto
		I <sub>321</sub> : Calçada na rua	Morando em rua sem calçada
		I <sub>421</sub> : Transporte coletivo	Família utiliza transporte público que não passa no bairro
		I <sub>521</sub> : Correio	Família que mora em lugar onde não passa o correio
	C <sub>31</sub> : Equipamentos comunitários	I <sub>131</sub> : Educacional	Presença de crianças até 3 anos e não tem creche num raio de 2 Km
		I <sub>231</sub> : Saúde	Família mora em local onde não possui UBS num raio de 2 Km
		I <sub>331</sub> : Segurança	Família mora local onde não tem Distrito Policial num raio de 3 Km
	C <sub>41</sub> : Meio ambiente	I <sub>141</sub> : Destino do lixo	Jogado (céu aberto), queimado e ou enterrado
		I <sub>241</sub> : Destino do esgoto	Fossa Rudimentar, céu aberto/Vala

(continua)

**QUADRO 1**  
Caracterização dos indicadores (continuação)

<b>Dimensão 2 – Desenvolvimento da Autonomia</b>			
<b>Dimensão</b>	<b>Componentes</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Caracterização da Vulnerabilidade</b>
D <sub>2</sub> : Desenvolvimento da autonomia (Capacidade de por si próprio conduzir a sua vida)	C <sub>12</sub> : Físicas (Idade, Sexo, Peso, Altura, Habilidades (mobilidade), Funções Básicas, Biologia, etc.)	I <sub>112</sub> : Gênero do chefe da família	Chefe é mulher com filhos até de 15 anos, sem cônjuge e analfabeta
		I <sub>212</sub> : Idosos com mais de 60 anos morando sozinhos	Família com pelo menos 1 pessoa com mais de 60 anos morando sozinha
		I <sub>312</sub> : Tipo de doenças	Família com pessoas portando 2 ou mais doenças crônicas
		I <sub>412</sub> : Deficiência Física	Família com pessoas com deficiência física
	C <sub>22</sub> : Mentais (Nível Educacional, Profissão, Habilidades, Funções Básicas, Conhecimentos, etc.)	I <sub>122</sub> : Analfabeto	Família com pessoas de mais de 16 anos e menos de 4 anos de estudo
		I <sub>222</sub> : Escolaridade	Família com pessoas entre 4 e 15 anos de idade fora da escola
		I <sub>322</sub> : Deficiência Mental	Família com Deficientes Mental
		I <sub>422</sub> : Atividade principal	Chefe de família trabalha tem trabalho temporário, informal ou desempregado
	C <sub>32</sub> : Psicológicas (Funções Básicas da <i>Persona</i> , Habilidades)	I <sub>132</sub> : Dependência de álcool	Família com dependentes de álcool
		I <sub>232</sub> : Dependência de drogas ilícitas	Família com dependentes de drogas ilícitas
		I <sub>332</sub> : Criança grávida	Famílias com crianças/adolescentes (10 a 14 anos) grávidas
		I <sub>432</sub> : Adolescente grávida	Famílias com adolescentes (15 a 19 anos) grávidas
	C <sub>42</sub> : Sociais (Funções básicas, habilidades, ocupações)	I <sub>142</sub> : Desocupação	Família com pessoas que deveriam estar ocupados e não estão
		I <sub>242</sub> : Mudança residência últimos 12 meses	Família se mudou mais de 2 vezes nos últimos 12 meses

(con)

**QUADRO 1**  
Caracterização dos indicadores (continuação)

<b>Dimensão 3 – Convívio Familiar, Comunitário e Social</b>			
<b>Dimensão</b>	<b>Componentes</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Caracterização da Vulnerabilidade</b>
D <sub>3</sub> : Convívio Familiar, Comunitário e Social (Certeza do sentimento, de ações e de interações de pertencimento de natureza)	C <sub>13</sub> :Pessoais e Grupais	I <sub>113</sub> : Convivência família/comunitária	Família em que existem pessoas desquitadas, divorciadas separadas ou viúvas
		I <sub>213</sub> : Tempo de moradia atual	Tempo de moradia na residência atual é menor que 1 ano
		I <sub>313</sub> : Familiar preso nos últimos 12 meses?	Família em que existem pessoas que se encontram presas nos últimos 12 meses
		I <sub>413</sub> : Familiar cumprindo medidas sócio-educativas?	Família em que existem pessoas que se encontram cumprindo medidas sócio-educativas
		I <sub>513</sub> : Familiar morador de rua	Família que tem pessoas morando na rua
		I <sub>613</sub> : Familiar que mora em abrigo	Família que tem pessoas morando em abrigo
		I <sub>713</sub> : Familiar dependente drogas	Família com pessoas dependentes de álcool e outras drogas
		I <sub>813</sub> : Familiar com deficiência ou doença mental	Família com pessoas com deficiência mental e/ou doença mental
		I <sub>913</sub> : Desemprego do chefe de família	Família em que o responsável está desempregado
		C <sub>23</sub> :Expectativa futura	I <sub>123</sub> : Expectativa de relacionamento

(con

**QUADRO 1**  
Caracterização dos indicadores (continuação)

<b>Dimensão 4 – Renda</b>			
<b>Dimensão</b>	<b>Componentes</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Caracterização da Vulnerabilidade</b>
D <sub>4</sub> : Renda (Certeza da capacidade (familiar / grupal) de geração de renda suficiente, ao atendimento das necessidades de vida com qualidade digna de ser humano.)	C <sub>14</sub> : Renda per Capita	I <sub>114</sub> : Renda per capita	Família com renda per capita inferior a 1/4 de salário mínimo
		I <sub>214</sub> : Renda per capita e escolaridade	Família com renda per capita inferior a 1/2 salário e responsável com menos de 4 anos de escolaridade
		I <sub>314</sub> : Renda per capita baixa e deficiência	Família com deficientes com renda per capita inferior a 1/2 salário mínimo
		I <sub>414</sub> : Renda per capita de menor de idade	Família em que o chefe tem menos de 18 anos e renda per capita inferior a 1/2 salário mínimo
		I <sub>514</sub> : Renda per capita de pessoas idosas	Família com pessoas idosas (60 ou +) com Renda per Capita inferior a 1/2 salário mínimo
	C <sub>24</sub> : Renda de crianças que trabalham	I <sub>124</sub> : Renda de pessoas com 10 a 15 que trabalham	Família com renda oriunda de pessoas de 7 a 15 anos que trabalham
	C <sub>34</sub> : Expectativa de renda futura	I <sub>134</sub> : Expectativa de renda futura	Família em que a expectativa de que situação financeira daqui a 5 anos vai piorar

QUADRO 2  
Cálculo do SIVF

Média dos Indicadores	Média das Componentes	Média das Dimensões
$S_{jk} = \frac{1}{n_{jk}} \sum_i I_{ijk} \cdot 100$	$S_k = \frac{1}{m_k} \sum_j S_{jk}$	$S = \frac{1}{k} \sum_k S_k$
Índice Geral:	$SIVF = S = \frac{1}{k} \left[ \frac{1}{m_k} \sum_j \left( \frac{1}{n_{jk}} \sum_i I_{ijk} \right) \right]$	

Para efeito de cálculo observa-se em cada família:

Se a vulnerabilidade está presente, o valor é igual a 1; Caso contrário, o valor é igual a zero

$I_{ijk}$  = nº de famílias vulneráveis/nº de famílias da amostra

$n_{jk}$  = número de indicadores dentro da componente  $jk$

$m_k$  = número de componentes dentro da dimensão  $k$

$k$  = número de dimensões

Fonte: Autores do artigo

A análise do quadro dos Indicadores permite afirmar que ele abrange aspectos que normalmente não são encontrados em outros trabalhos. Por exemplo, alguns itens tais como levantamento dos dependentes químicos, das perspectivas futuras de renda ou moradia, só para citar alguns, são inéditos e só poderiam ser construídos a partir de trabalhos como esse, cujos dados são coletados a partir de amostras de famílias. Indicadores construídos a partir de dados públicos não conseguem essa flexibilidade para detectar situações de extrema vulnerabilidade e que colocam em risco parcela considerável da população. Além disso, a diversidade de vulnerabilidades que são compreendidas pelo Sistema de Indicadores é suficientemente ampla para detectar as situações de vulnerabilidades que conhecemos hoje e que precisam ser atendidas pelos serviços públicos.



Para avaliar os aspectos operacionais e simulativos o SIVF foi aplicado aos dados do Banco de Dados Sociais, constituídos pelas 3.531 famílias levantados no Diagnóstico Social. Os resultados obtidos de cada Indicador individual estão elencados por dimensões. Na primeira, a referente à acolhida (Quadro 3), mostra que as principais vulnerabilidades encontradas referem-se ao componente equipamentos comunitários, com o indicador “I<sub>231</sub>: Não possui UBS num raio de 2 km” alcançando 16,65% da amostra, o que corresponde a 22.814 famílias com precário atendimento de saúde. Outra vulnerabilidade presente nesta dimensão foi o indicador de moradia, com casas de taipa, madeira ou material aproveitado, que sinaliza para o problema da qualidade da moradia em que vivem mais de 16% das famílias do município.

**QUADRO 3**  
**Resultados da aplicação dos Indicadores para a dimensão acolhida nas famílias**  
**de São José do Rio Preto**

Indicadores	Valores	Nr. famílias
I <sub>11</sub> : Família vivendo em Moradia Cedida ou Invadida	5,35%	7.333
I <sub>21</sub> : Família morando em casa de Taipa ou Adobe; Madeira; Material aproveitado ou misto	16,51%	22.620
I <sub>31</sub> : Nro. de Banheiros Internos igual a zero	0,68%	931
I <sub>41</sub> : Família que o Nro. de pessoas por dormitórios for maior que 2	11,58%	15.869
I <sub>51</sub> : Família em que a Expectativa de moradia daqui a 5 anos é pior do que hoje	5,32%	7.294
I <sub>61</sub> : Família Sem Tratamento de água e esgoto	1,25%	1.707
C <sub>11</sub> : Moradia	6,78%	9.292
I <sub>12</sub> : Sem Iluminação da rua	6,74%	9.234
I <sub>22</sub> : Sem Asfalto na rua	10,17%	13.929
I <sub>32</sub> : Sem Calçada na Rua	10,90%	14.938
I <sub>42</sub> : Sem Transporte Coletivo	6,23%	8.536
I <sub>52</sub> : Sem Correio na rua	2,18%	2.988
C <sub>21</sub> : Ruas e Bairro	7,24%	9.925
I <sub>13</sub> : Família com crianças menores de 3 anos e que não possuem creches num raio de 2 km	9,57%	13.114
I <sub>23</sub> : Não possui UBS num raio de 2 km	16,65%	22.814
I <sub>33</sub> : Não possui Distrito Policial num raio de 3 km	9,15%	12.532
C <sub>31</sub> : Equipamentos Comunitários	11,79%	36.523
I <sub>14</sub> : Lixo jogado/céu aberto, queimado, enterrado	0,74%	1.009
I <sub>24</sub> : Esgoto através de Fossa rudimentar, céu aberto ou vala	1,08%	1.474
C <sub>41</sub> : Meio ambiente	0,91%	1.242
D1: Acolhida	10,40%	14.245

Fonte: Autores do artigo

Na dimensão Autonomia o indicador mais problemático é a situação de empregabilidade do responsável pela família, com quase 47% dos moradores apontando para essa situação vulnerável. Para consolidar

essa situação, o segundo indicador mais alto aponta para a porcentagem de famílias em que existem pessoas que poderiam estar trabalhando e não estão (Quadro 4).

**QUADRO 4**  
Resultados da aplicação dos Indicadores para a dimensão autonomia nas famílias de São José do Rio Preto

Indicadores	Valores	Nr. famílias
I <sub>112</sub> : Família em que o Responsável é Mulher, com filhos menores de 15 anos, sem cônjuge e analfabeta	0,23%	310
I <sub>212</sub> : Família com pelo menos 1 pessoa com mais de 60 anos morando sozinha	12,35%	16.916
I <sub>312</sub> : Família com pessoas com 2 ou mais doenças crônicas	13,88%	19.012
I <sub>412</sub> : Família com pessoas com Deficiência Física	2,38%	3.259
C <sub>12</sub> : Física	7,21%	9.874
I <sub>122</sub> : Família com pessoas com mais de 16 anos e com menos de 4 anos de estudo	13,45%	18.430
I <sub>222</sub> : Família com pessoas entre 4 e 15 anos que não está estudando	1,95%	2.677
I <sub>322</sub> : Família com pessoas com deficiência mental	1,90%	2.600
I <sub>422</sub> : Família em que o chefe de família exerce trabalho informal, temporário ou está desempregado	46,87%	64.213
C <sub>22</sub> : Mental	16,04%	21.980
I <sub>132</sub> : Família com pessoas com Dependência de álcool/alcoolismo	4,45%	6.091
I <sub>232</sub> : Família com pessoas com Dependência de drogas ilícitas	1,27%	1.746
I <sub>332</sub> : Família com Criança/ adolescente grávida (10 a 14 anos)	0,91%	1.242
I <sub>432</sub> : Família com Adolescente grávida (15 a 19 anos)	3,51%	4.811
C <sub>32</sub> : Psicológica	2,53%	3.473
I <sub>142</sub> : Existe alguém da família que deveria estar ocupado e não está	21,21%	29.061
I <sub>242</sub> : Número de vezes que a família mudou de residência nos últimos 12 meses	1,76%	2.406
C <sub>42</sub> : Social	11,48%	15.733
D2: Autonomia	9,32%	12.765

Fonte: Autores do artigo

Na dimensão Convívio Familiar a grande ameaça está na porcentagem de famílias com dependentes químicos, com quase 35% das famílias sofrendo com esse grave problema. O SIVF está detectando esses casos de vulnerabilidade e isso mostra a sua qualidade como

indicador dos problemas sociais do município. Esse mesmo resultado pode ser obtido para as regiões administrativas (Quadro 5).

**QUADRO 5**  
Resultados da aplicação dos Indicadores para a dimensão convívio familiar nas famílias de São José do Rio Preto

Indicadores	Valores	Nr. famílias
I <sub>113</sub> : Família em que existem pessoas Desquitadas, Divorciadas, Separadas ou Viúvas	6,77%	9.273
I <sub>213</sub> : Família em que o Tempo de Moradia - Na Residência – for menor que 1 ano	13,37%	18.313
I <sub>313</sub> : Família em que existem pessoas que se encontram presas nos últimos 12 meses	2,18%	2.988
I <sub>413</sub> : Família em que existem pessoas que se encontram cumprindo medidas sócio-educativas	0,42%	582
I <sub>513</sub> : Família que tem pessoas morando na rua	0,34%	466
I <sub>613</sub> : Família que tem pessoas morando em abrigo	0,11%	155
I <sub>713</sub> : Família que tem pessoas com Dependência Química (alcooolismo e outras drogas)	34,89%	47.801
I <sub>813</sub> : Família com pessoas com Deficiência Mental e/ou Doença Mental	6,63%	9.079
I <sub>913</sub> : Família em que o Responsável está Desempregado	2,15%	2.949
C <sub>13</sub> : Pessoais e Grupais	7,43%	10.178
I <sub>123</sub> : Expectativa de piora no Relacionamento Familiar daqui a 5 anos	3,12%	4.268
C <sub>23</sub> : Expectativa Futura	3,12%	4.268
D <sub>3</sub> : Convívio Familiar	5,27%	7.223

Fonte: Autores do artigo

Em relação à última dimensão, renda, os dados mostram que 5,13% das famílias da amostra apresentam renda per capita inferior a ½ salário mínimo e o chefe da família tem menos de quatro anos de escolaridade. Esta dimensão é a que menos vulnerabilidade apresentou neste trabalho, indicando para a situação privilegiada do município de São José do Rio Preto (Quadro 6).

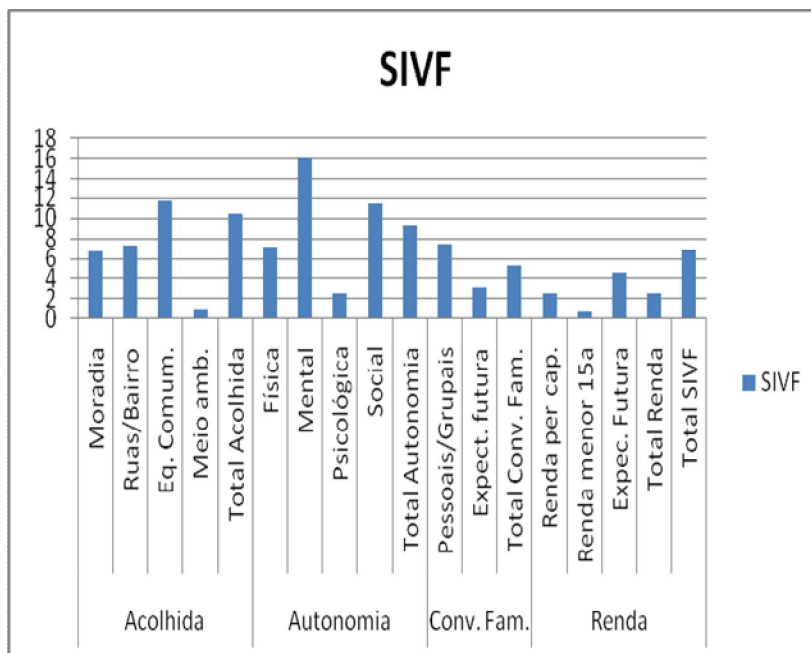
**QUADRO 6**  
Resultados da aplicação dos Indicadores para a dimensão renda nas famílias de São José do Rio Preto

Indicadores	Valores	Nr. famílias
I <sub>14</sub> : Família com Renda per Capita inferior a 1/4 de s.m.	1,59%	2.173
I <sub>214</sub> : Família com renda per Capita inferior a 1/2 s.m. e responsável pela família com menos de 4 anos de escolaridade	5,13%	7.023
I <sub>314</sub> : Família com Deficientes com Renda per Capita inferior a 1/2 s.m.	1,59%	2.173
I <sub>414</sub> : Chefe de Família com idade inferior a 18 anos e renda per capita inferior a 1/2 s.m.	0,03%	39
I <sub>514</sub> : Família com pessoas idosas (60 ou +) com Renda per Capita inferior a 1/2 s.m.	4,45%	6.091
C <sub>14</sub> : Renda per capita	2,55%	3.500
I <sub>124</sub> : Renda oriunda de pessoas com 7 a 15 que trabalham	0,71%	970
C <sub>24</sub> : Renda de menores de 15 anos	0,71%	970
I <sub>134</sub> : Expectativa de que situação financeira daqui a 5 anos vai piorar	4,56%	6.247
C <sub>34</sub> : Expectativa de Renda	4,56%	6.247
D <sub>4</sub> : Renda	2,61%	3.572

Fonte: Autores do artigo

A figura 1 apresenta uma visão dos valores do SIVF por dimensões e componentes, mostrando que as dimensões acolhida e autonomia que apresentam maiores índices, especialmente no componente equipamentos comunitários, da dimensão acolhida, seguida do componente referente as questões mentais. Resumindo, a dimensão Acolhida, com 10,4%, e Autonomia com 9,3%, apresentando maior vulnerabilidade do que as dimensões de Convívio (5,3%) e Renda (2,6%).

FIGURA 1  
Valores percentuais do SIVF por dimensões e componentes



### 5.1. Resultados por Regiões Administrativas

Como nos objetivos do projeto do Diagnóstico Social, a proposta de divisão do município foi a de atender aos objetivos administrativos, optou-se na ocasião pela estratificação da cidade nas atuais Regiões Administrativas, atualmente em número de 14.

Nesse trabalho construímos indicadores individuais onde cada indicador pode ser traduzido como uma vulnerabilidade específica de conformidade com os conceitos definidos no NOB/SUAS, ou seja, se a família possui ou não aquela vulnerabilidade, como por exemplo, o  $I_{111}$  indica se a família mora em casa cedida ou invadida. Os indicadores individuais, então, apontam para as vulnerabilidades específicas que atinge cada família.

Desta forma, como o número total de indicadores individuais é 47, outra modo de interpretar o SIVF é através da soma das vulnerabilidades de cada família, que pode variar de 0 a 47. Nesta escala o SIVF pode variar de 0 a 47, com o 0 representando a ausência de vulnerabilidade e quanto maior, pior a situação de vulnerabilidade da família. O grau máximo de neste caso seria 47. Portanto, ao invés de considerar a média, avaliamos as somas que, a nosso ver, pode simplificar a sua interpretação para os profissionais que sentem dificuldades de interpretar o comportamento médio. Ressaltamos que não existe diferença na interpretação dos valores, apenas a forma de apresentação é que muda.

A tabela 1 e as figuras 2 a 4 mostram o comportamento das famílias segundo o SIVF. Na figura 2 temos a porcentagem de famílias vulneráveis como um todo, na figura 3 a região com menor SIVF e na figura 4 a com maior SIVF. Em cada um dos gráficos, encontramos uma referência comparativa que é o comportamento do SIVF para todo o município, servindo para avaliar a distância em termos de vulnerabilidade de cada RA. Podemos também constatar que à medida que o comportamento do gráfico se afasta da origem e caminha para valores maiores na escala das vulnerabilidades, maior o grau de vulnerabilidade da região.

**TABELA 1**  
Distribuição percentual das famílias, por região administrativa e total, por frequência do número de vulnerabilidades

RA	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	≥ 11	SIVF
RA1	15,7	26,8	29,9	13,4	8,7	3,9	0,8	0,0	0,8	0,0	0,0	0,0	4,1
RA2	14,9	22,8	25,5	16,7	9,4	5,5	1,8	1,5	0,9	0,6	0,0	0,3	4,2
RA3	12,0	22,4	22,1	17,9	13,0	6,9	2,9	2,0	0,0	0,0	0,2	0,5	5,3
RA4	0,9	12,2	29,6	20,0	18,3	9,6	8,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,9	6,7
RA5	2,7	10,7	26,7	22,7	9,3	16,0	4,0	6,7	1,3	0,0	0,0	0,0	7,0
RA6	10,5	26,2	23,4	14,5	11,7	5,9	3,5	3,1	0,8	0,0	0,4	0,0	5,2
RA7	7,4	14,4	25,2	17,8	13,0	7,8	7,4	3,0	1,1	1,5	1,1	0,4	6,6
RA8	13,3	17,7	27,6	16,0	13,8	5,0	2,8	1,1	1,7	1,1	0,0	0,0	5,3
RA9	4,9	11,8	17,1	17,5	14,0	8,9	7,0	6,5	3,4	3,0	2,5	3,4	8,6
RA10	5,3	16,5	20,6	17,7	11,9	11,5	7,0	6,2	0,4	1,2	0,8	0,8	7,1
RA11	8,5	16,9	21,0	16,2	12,1	8,1	4,4	2,9	4,0	2,6	1,1	2,2	7,2
RA12	7,1	22,0	20,8	16,1	12,5	6,6	5,9	3,4	3,0	1,2	1,2	1,2	6,5
RA13	0,0	0,0	2,5	5,8	6,7	12,5	16,7	11,7	13,7	9,2	7,5	15,8	15,7
RA14	1,5	5,5	13,5	16,0	9,5	13,0	12,0	8,0	6,5	4,5	2,0	8,0	11,2
<b>Total</b>	<b>8,1</b>	<b>17,2</b>	<b>21,4</b>	<b>16,5</b>	<b>12,1</b>	<b>8,0</b>	<b>5,7</b>	<b>3,9</b>	<b>2,2</b>	<b>1,7</b>	<b>1,2</b>	<b>2,0</b>	<b>6,98</b>

FIGURA 2  
 Percentagem de Famílias Vulneráveis do Município por número de vulnerabilidades

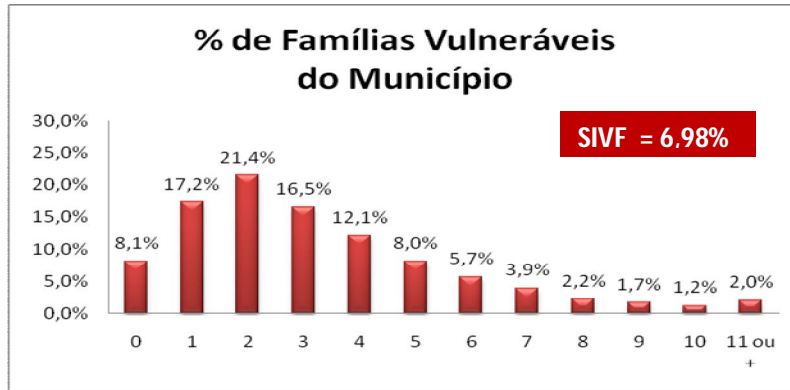


FIGURA 3  
 Percentagem de Famílias Vulneráveis da Região Administrativa 1 por número de vulnerabilidades

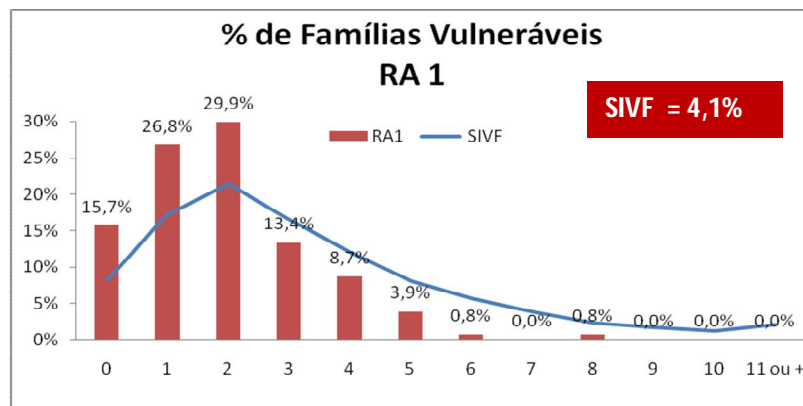
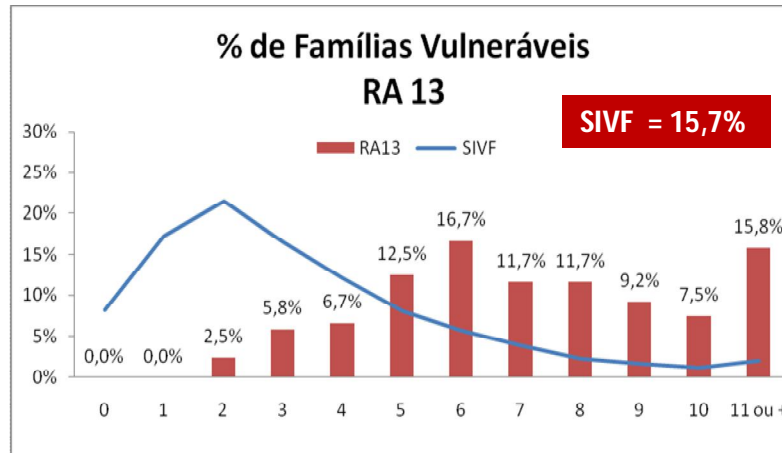




FIGURA 4  
 Porcentagem de Famílias Vulneráveis da Região Administrativa 13 por número de vulnerabilidades



## 6. Situação de Risco das Famílias

Levando-se em consideração o conceito de vulnerabilidade e risco, podemos afirmar que todas as famílias que possuem uma ou mais vulnerabilidades levantadas, estão em situação de vulnerabilidade social, significando que elas precisam em maior ou menor quantidade da atenção das autoridades públicas para os seus problemas. Entretanto, existem aquelas famílias que contemplam não apenas algumas, mas muitas vulnerabilidades como é o caso das famílias que estão apresentadas no quadro 4. Apresentamos como sugestão a classificação da *População em Situação de Risco Social* como aquela que sofre o impacto de 11 ou mais das vulnerabilidades observadas neste trabalho.

**QUADRO 4**  
 Relação das Regiões Administrativas em que se encontram as famílias  
 classificadas como em Situação de Risco Social

<b>RA</b>	<b>Caracterização</b>	<b>Contagem</b>	<b>%</b>	<b>% Acumulado</b>
13	Talhado	19	26,8%	26,8%
9	Solo Sagrado	18	25,4%	52,1%
14	Vila Toninho	16	22,5%	74,6%
11	João Paulo	6	8,4%	83,1%
12	São Deocleciano	5	7,0%	90,1%
10	Planalto	2	2,8%	93,0%
3	Novo Mundo	2	2,8%	95,8%
2	Vitória Régia	1	1,4%	97,2%
4	São Manuel	1	1,4%	98,6%
7	Eldorado	1	1,4%	100,0%
Total		71	100,0%	

Fonte: Autores do artigo

Esse quadro, que estamos inicialmente considerando como o das famílias que estão em Situação de Risco Social, mostra que existem três regiões mais problemáticas que são a Região 13 (Talhado), Região 9 (Solo Sagrado) seguidos pela Região 14 (Vila Toninho). Essas regiões, que acumulam cerca de 75% de todas as famílias em Situação de Risco, constituem-se como principais candidatas a uma análise mais aprofundada para a compreensão minuciosa de seus problemas – que pode ser elaborada a partir desses mesmos indicadores – para a construção de ações de políticas públicas mais eficientes e eficazes.

No total, foram detectadas 2,0% das famílias da amostra, mas como a amostra foi planejada estatisticamente, pode-se estender esse percentual para uma população total de 137.000 famílias em 2008, resultando numa estimativa de aproximadamente 2.750 famílias em Situação de Risco Social na zona urbana de São José do Rio Preto.

## 7. Discussão

Este trabalho é resultado de uma parceria entre a administração pública, representada pela Secretaria de Assistência Social e pelo Conselho Municipal de Assistência Social, duas universidades públicas, a UNEPS e a UFSCAR, e uma fundação municipal, a FAPERP, que gerenciou o projeto. A união destes agentes resultou, no início de 2008, na produção do Diagnóstico Social do município (Oishi et al., 2008), que

por sua vez embasou a construção do SIVF de São José do Rio Preto, concluído no final de 2008. A construção deste sistema envolveu representantes da administração municipal e professores pesquisadores das duas universidades, que de forma coletiva elaboraram o SIVF.

Estes resultados colocam, de início, dois desafios. O primeiro é sensibilizar os novos gestores municipais para o uso dos indicadores como uma poderosa ferramenta de políticas públicas. Para realizar esta tarefa o primeiro passo é a compreensão adequada dos dados, esses devem ser incorporados e seu conhecimento disseminado em vários níveis gerenciais de forma que os compreendam não como verdade absoluta, mas dentro dos critérios utilizados para sua formulação. Pode ser utilizado ainda, com o objetivo de monitorar políticas públicas locais, a partir de análise qualitativa avaliar os efeitos dessas políticas.

O segundo desafio é romper os conflitos produzidos por um estudo dessa natureza, uma vez que ele “expõe” as vicissitudes (diversidades) locais que os indicadores sintéticos camuflam, ou seja, ocultam a verdadeira situação do município. Essa exposição das fragilidades pode ser observada tanto em níveis intramunicipais como nas estruturas familiares.

Vencendo estes desafios e com a capacitação das administrações municipais para a produção de informações detalhadas e qualificadas que permitam maior compreensão da dinâmica social e da eficácia das ações será possível relacionar os resultados com certos grupos sociais, tais como os formados por deficientes físicos, dependentes químicos, crianças e adolescentes em situação de risco social, ou por regiões administrativas do município.

Uma administração municipal ao utilizar indicadores locais pode captar com maior precisão as demandas sociais e incrementar as reais condições de vida da população pois a insatisfação da sociedade com as administrações, muitas vezes não decorre somente da falta de efetividade das políticas públicas e sim da falta de informações sobre as metas e andamento dos projetos municipais. Sob essa ótica a utilização dos indicadores pode ser uma boa oportunidade de romper com uma estrutura burocrática para uma estrutura dinâmica e inovadora.

## Referências Bibliográficas

- Barros, RP, Carvalho, M, Franco, S. 2003, “O Índice de desenvolvimento da família (IDF).” *IPEA*. Rio de Janeiro. Texto para Discussão n. 986.
- Brasil. 1993, Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993). Brasília, Diário Oficial da União de 8 de dezembro de 1993.
- Brasil. 1994, Constituição da República Federativa do Brasil: 1988. Brasília: Presidência da República do Brasil.
- Brasil. 2004, Política Nacional de Assistência Social – PNAS (Aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004). Brasília, Diário Oficial da União de 28 de outubro de 2004.
- Brasil. 2005, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)– Secretaria Nacional de Assistência Social. *Norma Operacional Básica – NOB/SUAS – Construindo as bases para a implantação do sistema único de assistência social*. Brasília: MDS.
- Camargo, CPF, Cardoso, FH, Mazzucchelli, F, Moisés, JA, Kowarick, L, ALMEIDA, MHT, Singer, PI, Brant, VC. 1975, *Crescimento e Pobreza*. São Paulo: Loyola.
- Doraid, M. 1997, *Analytical tools for human development*. [http://www.undp.org:80/hdro/anatools.htm].
- Estes, R. 1994, Hacia un índice de “Calidade de vida”. In: Bernard Kliksberg (Compilador). *Pobreza: un tema impostergable. Nuevas respuestas a nivel mundial*. Mexico: Fondo de Cultura Economica.
- Frei, F. 2002, *Índice de Desenvolvimento Municipal - IDM: uma alternativa para mensuração do desenvolvimento humano nos municípios do Estado de São Paulo*. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

Frei, F, Guimarães, JL, Paes, JTR, Bongiovanni, S, Ferrari, F, Manzato, AJ, Baida, LC, Martins, RA, Oishi, J. 2005, *Índice de desenvolvimento municipal: alternativa metodológica para avaliação intra-urbana*. Anais do X Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública.. CLAD, v.1. p.1 – 15.

Jannuzzi, PM. 2006, *Indicadores sociais no Brasil*. Campinas: Alínea.

Oishi, J, Martins, RA, Manzato, AJ, Ferrari, F, Leme, EMMT, Mantovani, LR, Baida, LC. 2008, “Social diagnostic project of São José do Rio Preto city, SP” In: RSAI World Congress 2008, 2008, São Paulo, SP. *Book of Abstracts of RSAI World Congress 2008*. São Paulo, SP: Faculdade de Economia e Administração da USP. v.1.

PNUD, IPEA, FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, IBGE. 1998, *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. Rio de Janeiro: PNUD.

São José do Rio Preto. 2007, *Conjuntura econômica*. Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto - Secretaria Municipal de Planejamento.

SEADE. *Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS*. São Paulo: SEADE [Captado em <http://www.seade.gov.br/produtos/ipvs/apresentacao.php>, em 30 abr. 08]

Spozati, A. 1996, *Mapa da exclusão/inclusão social na cidade de São Paulo*. São Paulo: Educ.